



MOÇÃO

Por um Rendimento Condigno para Pequenas e Médias Explorações Agrícolas, Pecuárias e Florestais

As condições de escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e florestais a preços justos à produção que incluam os respectivos custos de produção, conjuntamente com a remuneração justa do factor trabalho e as demais condições sociais necessárias aos agricultores, são o garante da continuidade da Agricultura Familiar, das pequenas e médias explorações e dos seus benefícios à comunidade.

Considerando que:

- Tudo o que os agricultores precisam para produzir está muito mais caro: os combustíveis mais que duplicaram os preços, os adubos aumentaram 300%, os pesticidas aumentaram 200%, a electricidade gás e rações para animais tiveram aumentos brutais desde 2021;
- Os aumentos dos custos dos factores de produção não se reflectem na sua plenitude nas condições e nos preços pagos à Produção, o que agrava a já débil situação financeira de milhares de pequenas e médias explorações e da Agricultura Familiar;
- As pequenas e médias explorações e a Agricultura Familiar, por via dos seus actores, assumem extrema importância no combate à desertificação do Mundo Rural, e desempenham uma função económica, social e ambiental vital para o desenvolvimento do território onde exercem a sua actividade;

Considerando ainda a fundamental importância da Agricultura e Pecuária de pequena e média dimensão na Soberania Alimentar;

O 9º Congresso da CNA reunido em plenário ao 6º dia do mês de Novembro de 2022, decidiu:

- Exigir a intervenção do Governo:

- a) por forma a regular e assegurar o escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e florestais a preços justos à produção;
- b) no controlo dos preços dos factores de produção, designadamente combustíveis, energia, fitofármacos, fertilizantes, sementes, rações para animais, maquinarias, entre outros;

- c) na promoção e adopção regulamentar dos circuitos curtos e mercados de proximidade, designadamente através de Cantinas e outros estabelecimentos públicos;
- d) na indispensável regulamentação, pela via legislativa, da actividade comercial dos hipermercados e grandes superfícies comerciais;
- e) na proibição da venda com prejuízo em todos os elos da cadeia agroalimentar;
- f) na regulamentação e controlo das importações, de modo a salvaguardar a comercialização da produção nacional.